

Apresentação: Projeto Estágio-Cidadão

Autores:

Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves (Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará).

Dra. Mônica Rei Moreira Freire (Promotora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado do Pará)

Data: 02/06/2014 Hora: 14h00min Local: Sala Multiuso da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude

O que uma pessoa se torna ao longo da vida depende de duas coisas: as oportunidades que tem e as escolhas que faz. Além de ter oportunidades, as pessoas precisam ser preparadas para fazer escolhas. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

O Projeto Estágio-Cidadão nasceu do desejo de contribuir para a transformação social através do estímulo ao protagonismo juvenil. É uma prática instituída no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, nas 180 Promotorias de Justiça instaladas nos 144 municípios, incluindo as Promotorias de Justiça da capital. Trata-se da oferta de estágio não obrigatório para alunos do Ensino Médio. Estudantes do primeiro ao terceiro ano, regularmente matriculados e frequentando com assiduidade a escola, desenvolvem atividades nas Promotorias de Justiça, atendem ao público que busca o MPE e participam das visitas técnicas e reuniões dos Conselhos Municipais de Direito. A ideia do Projeto é estimular a participação social e o comprometimento dos jovens para com os problemas de sua comunidade, de maneira que eles se inscrevam em um contexto de reconhecimento do direito de intervir nas decisões políticas. Outro foco do projeto é contribuir para a valorização da escola e para o reconhecimento positivo dela enquanto poderoso agente de transformação social e para a importância do investimento na carreira acadêmica como forma de desenvolvimento pessoal, permitindo que o aluno experimente e desenvolva novas formas de sociabilidade, de modo que ao fim de tudo, ele seja um agente de transformação social.

A experiência tem caráter prático e teórico permitindo ao estagiário, a partir de um olhar institucional e interno, identificar as atribuições do Ministério Público Estadual quanto aos direitos dos cidadãos legitimados pela Carta Magna e por outras legislações ordinárias. O caráter teórico é fornecido através de cursos de capacitação sobre as legislações e temas relativos às atribuições ministeriais. O estudante/estagiário realiza atividades que possibilitam a integração e a participação social; sendo visita e participação nas reuniões dos conselhos municipais de direito; o uso das novas tecnologias; produção de textos; compreensão das relações do mundo do trabalho, planejamento, organização e realizações de atividades que envolvam rotina administrativa, documentação institucional e rotinas afins e, principalmente, participa de capacitações promovidas pelo Ministério Público acerca de noções de Direitos Constitucionais, legislação e funcionamento dos Conselhos de Direitos no que concerne à definição, à fiscalização e à efetivação das políticas públicas municipais, democracia participativa, papel da sociedade civil, e funcionamento dos Conselhos de Direito, em especial do Conselho Escolar. Para o sucesso das capacitações, o Ministério Público elaborou cartilha contendo noções jurídicas,

dando suporte teórico aos estagiários, bem como manual de orientação que permite ao estagiário diagnosticar os problemas de sua escola e leva-lo à discussão e resolução no âmbito do Conselho Escolar. É destinada, também, bolsa financeira e vale transporte ao estagiário do Ensino Médio.

O projeto avança em questões fundamentais relativas à inclusão do jovem, primeiro, a participação social, pois este é um dos fatores que sustentam uma sociedade democrática, outro fator de sustentação é o controle sobre os processos de uso daquilo que é de todos, do interesse e do bem público, daí a importância de ajudar a desenvolver no jovem o desejo de participação social. Ele propicia, ainda, ao jovem estudante o desenvolvimento do protagonismo juvenil, traduzido pela participação dele na vida comunitária, por envolvimento com problemas reais de seu município, fazendo com que através do contato com os diversos conselhos municipais de direito, o aluno saia de uma visão individual, particularizada da vida, para uma visão social dos problemas pelo envolvimento com questões comum a todos. Ao frequentar as reuniões dos conselhos municipais de direito, o aluno aprende que a sociedade civil pode intervir na realidade social elegendo políticas públicas adequadas, acompanhando o orçamento e os investimentos nela realizados. Muito importante também é a transformação do ambiente escolar pela possibilidade de intervenção do estagiário nos Conselhos Escolares, empoderado pelo novo olhar adquirido com a experiência prática e teórica que o capacita para o acompanhamento e fiscalização dos investimentos públicos realizados sobre as escolas da comunidade onde está inserido.